



**IX CONGRESO
RULESCOOP
2015**

**UMA ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA
SOBRE A GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS CONFORME DADOS
DO SEGUNDO MAPEAMENTO**

IX Congreso Internacional Rulescoop

*Respuesta de la Universidad a las necesidades de la economía social ante los
desafíos del mercado*

**Daciane de Oliveira Silva; Eliene Gomes dos Anjos; Andrea de Oliveira Silva; Keilla
Petronília Santos Lopes**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia (UFRB); Faculdade Maria Milza (FAMAM); Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Professoras

RESUMO

Balizados em um contexto autogestionário, os empreendimentos econômicos solidários, perpassam por uma gestão com especificidades que possa garantir a licitude dessas instituições; para tanto, são constantemente desafiados pelas leis de mercado do sistema capitalista. Ao perceber a importância dessas instituições para uma parcela considerável da população brasileira e sua necessidade de empoderamento, a Secretaria Nacional de Economia Solidária cria uma base de dados, o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) que realizou dois mapeamentos sobre esses empreendimentos: o primeiro ocorreu de 2007- 2009 e o segundo de 2010-2013. Nesta circunstância, a análise dos dados do Segundo Mapeamento Nacional (2010-2013) demonstra a realidade vivenciada no Brasil, um país caracterizado por inúmeras experiências associativas e com características singulares comparadas às demais realidades presentes no mundo. Com a ampliação de políticas públicas que visam promover o crescimento e a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, diante do resultado do segundo mapeamento busca-se responder em que medida as estratégias organizacionais dialogam com as práticas democráticas atribuídas a estes empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE Autogestão. Economia Solidária. Gestão. Mapeamento Nacional. Políticas Públicas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
2. AUTOGESTÃO: UM ESTUDO PRELIMINAR
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: O SEGUNDO MAPEAMENTO NACIONAL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Atualmente a economia solidária perpassa pelo entendimento dos debates acerca dos movimentos sociais que reivindicam a inserção das classes menos abastadas no mercado de trabalho, acometidas pelo subemprego e por melhores condições de vida.

Por muitos anos, a parcela da população que compõe as organizações econômicas solidárias foi relegada pelo Estado a um segundo plano. A partir do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, foram criadas políticas públicas para esses empreendimentos considerando-os como uma alternativa para o desenvolvimento econômico do país.

Ao perceber a relevância dos Empreendimentos Econômicos Solidários para o mundo do trabalho e a inserção de milhares de trabalhadores e trabalhadoras em um modelo de produção mais justo e solidário, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) promoveu uma sistematização de informações que fossem capazes de demonstrar o universo e as características destas organizações em todo território nacional.

O segundo mapeamento ocorreu entre 2009 a 2013, aplicado por meio de um instrumento de coleta com questões abertas e fechadas, composto por 170 questões que avaliam os empreendimentos em várias perspectivas, iniciando pelos dados gerais, a caracterização dos sócios (as), situação de trabalho dos sócios (as), investimentos e acesso a créditos/e apoios e a gestão dos empreendimentos.

A metodologia da presente pesquisa partiu desses dados secundários, de uma abordagem quantitativa, enfocando as perguntas que caracterizam a gestão dos empreendimentos por meio de frequências e cruzamentos aplicados pelo SPSS¹.

O foco do presente artigo limitou a fazer uma rápida caracterização dos empreendimentos a nível Brasil e em seguida fará uma exploração mais aprofundada da gestão desses empreendimentos nas regiões.

O presente artigo é constituído por três partes. Na primeira há uma contextualização da economia solidária, em seguida um debate sobre as perspectivas teóricas da autogestão. Na terceira parte, faz-se-á uma rápida caracterização dos empreendimentos e uma exploração mais aprofundada das práticas autogestionárias nas regiões do Brasil. Por fim, serão realizadas considerações acerca das estratégias organizacionais e suas correlações com a gestão coletiva praticada nos empreendimentos solidários.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia de mercado vigente não tem limites, o que ocasiona a busca do interesse privado materializando o bem público sem ao menos passar pelo processo de deliberação política (Laville, 2009). Em consequência disso, no Brasil, ao perceber o aumento da preponderância do capital sobre as relações de trabalho, principalmente a partir da década de 90, época caracterizada pelo desemprego, precarização social e concentração de renda, surge no meio dos movimentos sociais “uma proposta alternativa, de base econômicos-social, fundamentada em valores como solidariedade, autogestão e distribuição igualitária de excedente” (Hellwig; Carion, 2007:2). Essa forma alternativa repudia a mercantilização da vida social mostrando que experiências de atividades não mercantilistas que segundo França Filho (2002) são consideradas como novas formas de solidariedade, são possíveis. Esta proposta denominada de

¹ O *Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS)* é um software para análise estatística de dados.

Economia Popular e Solidária ²visa incluir os excluídos em outro modo de produção ancorados nas relações sociais de produção. Parafraseando França Filho (2004) são desde iniciativas da sociedade que distribuem riquezas representadas por precárias estruturas, até formas inéditas de organização coletiva.

A economia solidária desponta em várias partes do mundo como um modelo dialógico balizado nos princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática. São compostas por organizações “que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação, e em soluções coletivas, formando o lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade” (Laville; Gaiger, 2009:162). A igualdade e a associação são fundamentos da economia solidária que promovem o empoderamento dos trabalhadores em prol de melhores condições de vida.

Ela é representada por um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Princípios como cooperação, autogestão, dimensão econômica, solidariedade e participação sustentam as ações da economia solidária. A cooperação é abordada como um agir coletivo, por meio da união de esforços, a partilha de responsabilidade solidária sobre as ações empreendidas na organização; autogestão indica às constantes práticas de participação democrática nas decisões de administração do empreendimento; a dimensão econômica envolve um dos motivadores da formação dos grupos para promover o beneficiamento, crédito, comercialização e consumo dos produtos e serviços; a participação retrata o processo educacional que visa promover uma cultura política, basilar para a perpetuação dos empreendimentos. Laville (2008) reforça a solidariedade como um princípio que rompe a visão assistencialista e visa promover o pertencimento de todos a um espaço público composto por indivíduos livres e iguais. Souza (2008) complementa ao caracterizá-la como um meio da distribuição equitativa e justa dos resultados; nas relações estabelecidas com a comunidade; no respeito aos direitos dos trabalhadores e ao meio ambiente.

Os movimentos associativistas surgiram logo depois da primeira Revolução Industrial em resposta ao excesso de exploração dos proletários nas indústrias têxteis. Ao perceber esta realidade, industriais mais conscientes propuseram leis para proteger esses trabalhadores, entre esses podemos citar Robert Owen que decidiu reduzir a jornada de trabalho e proibiu o trabalho de crianças. Esta atitude promoveu o aumento de produtividade e o tornou uma celebridade mundial. Mais que isso, ele propôs ao governo britânico a criação de um fundo de sustento aos pobres, não com um caráter assistencialista, mas que ao invés de serem distribuídos fossem investidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas que iriam produzir, promover o sustento dos trabalhadores e o excedente seriam devolvidos aos cofres públicos o que fora investido. O governo britânico não acatou as ideias de Owen, o qual em 1825 criou uma Aldeia Cooperativa em Indiana e a partir dessa data, os seus discípulos criaram sociedades cooperativas em várias partes do mundo (Singer, 2002).

Nos países da América Latina, ao terem assumido o poder, os partidos de esquerda, geralmente composto por pessoas advindas de movimentos sociais, acostumadas com as práticas da cooperação, fruto das categorias sociais envolvidas e a presença de lideranças genuínas, começam a apostar nas iniciativas de economia solidária, por meio de ampliação da ação política (Laville; Gaiger, 2009). No Brasil, o presidente Lula cria em 2003, a Senaes sob o comando de Paul Singer e partir de então, alcançou o status de política pública no país. Para termos uma noção da força dessas organizações, dados SIES do Ministério do Trabalho e do Emprego (2007)

² Economia popular envolve a produção e o desenvolvimento das atividades econômicas em bases comunitárias, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local (FRANÇA FILHO, 2004, p. 455). Essa economia torna-se solidária ao atuar de forma mais ampla, atuando na luta pela garantia dos direitos sociais a partir de uma abertura dessas reivindicações para o espaço público.

referente ao primeiro mapeamento em 2005, constatou a existência de 14.954 empreendimentos, sendo que 44% no Nordeste e 56% no restante do país.

Souza (2008) lembra que a partir de então, iniciativas de empreendimentos econômicos solidários cresceram em larga escala. Como ações neste sentido, lembramos o papel do Estado brasileiro como formulador de políticas para este segmento; surgimento de entidade de apoio, assessoramento para todos os tipos de organizações associativistas; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que também viram nas formas organizadas do cooperativismo um caminho para desenvolver economicamente a produção da agricultura familiar. Além disso, foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas (ITCP's) inseridas em universidades com o objetivo de assessorar as camadas mais pobres e inseri-las em cooperativas de diversos ramos de atividade.

Para compreendermos com clareza a atuação da economia solidária, precisamos levantar um debate acerca das peculiaridades das organizações que a compõem. Como as ações são pautadas nas relações sociais de grupos excluídos do sistema capitalista que implicam na imbricação social, econômica e política, entende-se que a economia convencional não dar conta desta análise, e neste contexto entra em cena a economia plural (França Filho, 2013). O enfoque social parte da visão de cooperação dos grupos envolvidos que se unem não apenas pela questão da geração de renda, mas também porque comungam com um projeto político cuja distribuição de bens e serviços são conferidas à redistribuição, na qual o Estado social confere, aos cidadãos, direitos individuais, principalmente cobrindo os riscos sociais, como um último recurso para os mais vulneráveis economicamente (Laville, 2009).

A economia solidária depende da economia plural que embasa suas ações em diversas vertentes de pluralidade:

Uma pluralidade de princípios (princípio da troca mercantil, princípio da reciprocidade e princípio da redistribuição) e também de uma pluralidade de recursos: recursos mercantis, recursos não-mercantis (ajuda financeira dos poderes públicos) e recursos não-mercantis e não-monetários (voluntariado) (Lévesque, 2009:107).

Portanto, a economia plural como uma abordagem da economia real consegue com sua visão múltipla atender às necessidades da economia solidária, pois remete “à reciprocidade, na qual o vínculo sobrepõe o bem, do que à maximização do interesse individual” (Laville, 2009:147). Destarte, o estudo aprofundado dos pilares que sustentam a economia plural atende aos anseios da coletividade, um dos princípios basilares da economia solidária.

Para além dessa discussão acerca dos EES, Gaiger alerta para a existência de três importantes elementos para promover a consolidação dessas organizações:

a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca (Gaiger, 2003:201).

Assim, atualmente percebe-se a amplitude dos EES e sua relevância para a economia brasileira, por isso, torna-se imprescindível entender como os cooperados irão administrar esses tipos de organizações e, neste contexto, a autogestão objetiva atender a esta demanda.

2. AUTOGESTÃO: UM ESTUDO PRELIMINAR

O trabalho associado baseado nos princípios de cooperação e solidariedade visa favorecer um maior rendimento por meio da maior capacidade de trabalho e a divisão de benefícios. Quando esta relação se acentua, principalmente “quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital”, surge a autogestão que objetiva promover uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas a partir do momento que este processo põe o trabalho sob o seu domínio o que o torna muito mais que aspirações monetárias ou materiais (Gaiger, 2003:193). Portanto, a economia solidária, balizada em um modelo autogestionário, objetiva a inclusão social, surge, portanto, da crise estrutural do capital, como resistência aos moldes de produção capitalista que prega a precarização das relações de trabalho.

Não existe consenso quanto ao surgimento do termo “autogestão”, mas sabe-se desde Marx (pela revolução), passando por Proudhon (pela reforma) o utilizaram, não com esta denominação, ambos defenderam a “eliminação da submissão do homem ao capital, mediante a uma organização social autogerida” (Ferraz; Dias, 2008:104). Como uma experiência singular das práticas de autogestão, é salutar falarmos da Iugoslávia, país no qual os trabalhadores são responsáveis pelo controle das organizações.

O modelo autogestionário de cada país depende de como são conduzidas às questões e a evolução do sistema político, econômico e social. Rosanvallon (1979) defende a existência de seis linguagens que caracterizam a autogestão, mas que podem se combinar em diversos contextos: tecnocrática, libertária, comunista, conselhistas e científica.

A linguagem tecnocrática rompe com o modelo de gestão centralizado e hierarquizado; a linguagem libertária quebra a participação do Estado com o caráter opressor e autoritário, ao substituí-lo pela democracia direta por meio da valorização do indivíduo e do grupo em detrimento da sociedade em seu conjunto; a linguagem comunista retrata a forma acabada do socialismo, por meio da extinção dos conflitos, divisão de classes e as formas de exploração e alienação; na linguagem conselhistas a autogestão é representada pelos conselhos operários, que representa o poder dos produtores em oposição à burocracia do Estado como forma de poder proletário degenerado; a linguagem humanista valoriza às pessoas, priorizando as relações sociais abertas e fraternas, é uma forma de ser, um comportamento, ao invés de uma forma de poder e por fim, a linguagem científica que aspira a funcionalidade das relações sociais se sobrepõe a todas as formas de dominação e hierarquia.

Ao promovermos um comparativo das linguagens com os EES, constatamos que a linguagem comunista é percebida quando os (as) sócios (as) rompem às barreiras da relação empregado x empregador e passam a ser proprietários de sua força de trabalho; a tecnocrática ao decidirem em assembleia todos os assuntos de interesse do empreendimento e a humanista demonstrada nas relações fraternas entre os sócios (as).

A exaltação das práticas de autogestão ocorreu a partir da década de 90, como resposta dos movimentos esquerdistas que relutaram quanto à preponderância da mais valia como um objetivo obstinado do modo de produção hegemônico.

A autogestão na Economia Solidária pode ser abordada de duas maneiras não excludentes; ela pode ser considerada como um sistema autogestionário, o qual envolve os preceitos

sociológicos da autogestão, abordando os aspectos ideológicos, políticos e sociais; e como um processo autogestionário, cujo eixo de análise consiste nas relações e nas características técnicas dos grupos envolvidos (processos, ferramentas, etc) para o desenvolvimento dos trabalhos (Cavedon; Ferraz, 2006:96).

A administração tradicional faz alusão da autogestão como um processo e a confunde com a ideia de administração participativa, que apesar de demonstrar índices de participação, limita-se a representação de funcionários em processo decisórios, fato que a diferencia de empreendimentos coletivos que se caracterizam como “modos organizacionais justos e democráticos” (Rigo, 2014:21). Ferraz e Dias (2008) completam este argumento ao discorrerem que nos moldes capitalistas a participação é determinada pela cúpula com o objetivo do alcance de melhores índices de produtividade e resultados financeiros, a gestão participativa representa um caminho que levará às organizações a se constituírem como empreendimentos autogestionários.

Singer (2002) também reforça a ideia de autogestão como uma administração democrática, todas as decisões são tomadas em grupo; exige um esforço maior, para além das tarefas no contexto do empreendimento, o indivíduo precisa se preocupar com os problemas gerais da organização. E ao tomarem para si o processo de tomada de decisão dos empreendimentos, os indivíduos são ao mesmo tempo, trabalhadores e patrões de si próprios (Benini; Benini, 2010).

Como qualquer outra organização, os empreendimentos solidários atuam em um mercado que prima pela qualidade, portanto necessitam de práticas de gestão para se manterem competitivos. Assim, não se pode afirmar que a autogestão não dialoga com as técnicas e ferramentas da administração, mas precisamos perceber que essas precisam atender as características dos empreendimentos solidários cuja finalidade não se pauta exclusivamente nos resultados econômicos, mas também nos sociais (Onuma; Mafra; Moreira, 2012). Esses resultados sociais são vistos como “emancipatórios em seu sentido pleno que englobe as dimensões social, econômica e política” (Benini, et. al, 2009:77). Albuquerque (apud Lechat et. al, 2007) denominam as dimensões como campo de atuação: o social refere-se ao resultado que beneficiam a todos os envolvidos na organização; o econômico engloba as relações sociais de produção que valorizem o trabalho antes do capital; o político visa compartilhar o poder de decisão respeitando o equilíbrio de forças e os diferentes atores e, por fim, a técnica que ao promover mudanças na estrutura organizacional, mais precisamente na divisão e organização do trabalho.

Corragio (2008:97) amplia esta discussão abordando o papel da economia social no processo de decisão dos consumidores na escolha entre empresas capitalistas e do setor social e solidário.

Pero esas decisiones no se reducen a precio, ni siqueira a la combinación precio-calidad, sino que hay elementos simbólicos o sociales que la economía social debe explicitar como parte de su producción: efecto sociedad, efecto status, efecto ciudadanía, efecto medioambiente sano, efecto sinergia sobre el desarrollo local y el entorno social de la propia vida de los consumidores [...] por lo que es una función publica- a cargo do Estado o de la sociedade organizada.

Além desta visão sobre a economia solidária, precisamos compreender a operacionalização da autogestão nesses empreendimentos, lembramos que as decisões são democráticas, tomadas em Assembleias por todos os integrantes, cada trabalhador tem direito a um voto e poder de decisão e neste espaço deliberativo também acontece um processo educativo dos trabalhadores.

Ela permite a estes se informarem dos diferentes aspectos que integram a gestão do empreendimento, desde a compra da matéria-prima até a venda do produto, passando pelas diversas etapas do processo de produção, incluída a delicada questão da remuneração do trabalho e distribuição do excedente, quando houver. Questões financeiras, de marketing, de venda e de investimento podem ser tratadas, bem como as decisões que envolvem o planejamento estratégico. Em geral, é a primeira vez que o trabalhador de um empreendimento se depara com o leque das atividades e responsabilidades de uma empresa (Lechat et. al, 2007:184-185).

Tauile (2009) aponta as dificuldades e potencialidades das práticas autogestionárias ao afirmar que são organizações na qual as pessoas não possuem patrimônio pessoal, baixo grau de escolaridade, utilizam equipamentos obsoletos no trabalho, e a necessidade de capital de giro é superior à capacidade de financiá-lo. Ainda salienta que a maior dificuldade advém das relações interpessoais e intergrupais.

Em contrapartida, essas vantagens do sistema autogestionário não garante que os trabalhadores tenham interesse em participar das decisões, pois a ideia da figura de empregado e patrão, ainda se encontra arraigada entre eles, acostumados com o paradigma do capitalismo. Assim, é salutar refletirmos que mesmo dentro de um empreendimento solidário com pessoas com objetivos convergentes, não significa que os resultados das ações serão satisfatórios. Depende além da união de esforços, alcançar por meio da autogestão “níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias compatíveis aos da economia capitalista e outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários” (Singer, 2002, p:121).

Tanto no meio acadêmico quanto no mercado, o debate acerca da autogestão é desafiador para os pesquisadores e profissionais que acreditam na sustentabilidade desses empreendimentos.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS: O SEGUNDO MAPEAMENTO NACIONAL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

O mapeamento aconteceu em dois momentos: o primeiro no período de 2004 a 2007 e o segundo de 2009 a 2013, aplicados por meio de um instrumento de coleta com 170 questões abertas e fechadas que avaliam os empreendimentos em várias perspectivas, iniciando pelos dados gerais, a caracterização dos sócios (as), situação de trabalho dos sócios (as), investimentos e acesso a créditos e apoios, gestão dos empreendimentos.

O foco do presente artigo limitou-se a fazer uma rápida caracterização dos empreendimentos a nível Brasil e em seguida fará uma exploração mais aprofundada da gestão desses empreendimentos por meio de cruzamentos e frequências no SPSS.

De acordo com os dados do segundo mapeamento, o Brasil possui 19.708 organizações, distribuídas nas seguintes categorias: agricultores familiares (55,3%), artesões (17,9%), autônomos (6,4%), assentados de reforma agrária (5,2%), catadores de material reciclável (3,1%), artistas (1,1%), e outros (11%). Desses, é relevante trazer como essas categorias estão dispostas conforme as formas de organização e, observa-se que os grupos informais e as associações representam 90,5% das organizações o que deve levar a uma reflexão sobre as suas possíveis fragilidades e a necessidade de políticas públicas para inseri-los no mercado.

Tabela 1 - Forma de organização- Brasil

	Formas	Frequência	%	% Acumulado
1	Grupo Informal	6.018	30,5	30,5
2	<u>Associação</u>	<u>11.823</u>	<u>60,0</u>	<u>90,5</u>
3	Cooperativa	1.740	8,8	99,4
4	Sociedade mercantil	127	0,6	100,0
	Total	19.708	100,0	

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Quando partimos para a presença dos empreendimentos da economia solidária de acordo a região, o Nordeste é a região que se destaca com 8.040 unidades (40,8%), em seguida o Sul com 3.228 (16,7%), Sudeste apresenta 3.292 (16,4%), Norte 3.128 (15,9%) e por último a região Centro Oeste com 2.021 (10,3%) do total. Para compreendermos melhor a distribuição das formas de organização, analisaremos uma tabela com a distribuição regional.

Tabela 2 - Forma de organização- por região

Formas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Grupo informal	25,6%	20,8%	48,5%	44,0%	25,9%
Associação	65,4%	74,2%	40,6%	36,3%	64,7%
Cooperativa	8,7%	4,6%	9,9%	18,4%	8,7%
Sociedade Mercantil	5%	0,3%	1,1%	1,3%	0,7%
Total	3.127	8.040	3.228	3.292	2.021

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Em relação ao número de cooperativas, (formas mais organizadas de produção, comercialização, serviços e consumo), a região Sul (18,4%) apresenta o maior número, fato que pode demonstrar indícios de uma gestão mais profissional desses empreendimentos. E em contra partida, o nordeste demonstra um percentual menor entre todas as regiões brasileiras.

Em relação ao número de associações, promovermos um cruzamento dos dados nos âmbitos nacional (Brasil) e regional. Os dados do segundo mapeamento mostram que a maioria dos empreendimentos se encontram na região Nordeste e com uma diferença a maior de 14,2% em relação ao Brasil no que se refere ao número de associações.

Tabela 3- Comparativo das Formas de organização: Brasil x Nordeste

	Formas	Brasil (%)	Nordeste (%)
1	Grupo Informal	30,5	20,8
2	<u>Associação</u>	<u>60,0</u>	<u>74,2</u>
3	Cooperativa	8,8	4,6
4	Sociedade mercantil	0,6	0,6
	Total	19.708	100,0

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Outro dado que mostra a fragilidade desses empreendimentos refere-se ao fato de existir entre os sócios (as) predominância de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda ou benefícios da assistência social. Os dados mostram que no Brasil 50% dos sócios (as) têm acesso (9.859) e 50% não (9.849). Mas em relação ao Nordeste os dados tomam outra dimensão: 60,9% desses sócios (as) tem acesso a programa de transferência de renda (10,9% a mais que os números registrados em âmbito nacional), seguidos do Norte com 18,5%, Centro Oeste 6,9%, Sudeste 6,8% e o Sul com 6,6%. Em relação à área de atuação do empreendimento, 54,8% estão operando no âmbito rural, 34,8% no urbano e 10,4% têm ambas (rural e urbano). Em se tratando das regiões, o Nordeste se destaca com uma atuação de 72,2% em áreas rurais e o Sul com 42,3% em áreas urbanas.

A periodicidade da assembleia ou reuniões do coletivo das organizações trouxe a periodicidade mensal como o dado mais representativo com 49,5%, bimestral ou trimestral equivale a 15,2%, semanal ou quinzenal com 10,7%, semestral com 8,7%, anual representa 10,4% e os demais (não realiza assembleia e não se aplica) perfazem um total de 5,7%. Isso mostra que a participação democrática, um dos princípios que baliza a economia solidária é respeitado.

Na mesma perspectiva de análise, os dados do mapeamento mostram que o que é decidido em assembleia geral dos sócios (as). O resultado demonstrou que em todas as regiões prevalece a preponderância dessas assembleias para a escolha da direção (ED) do Empreendimento Econômico Solidário (EES), mas também é relevante mostrar os dados em relação à Prestação de Contas (PC), assuntos como Plano de Trabalho/Planejamento Estratégico (P.T/P.E) do empreendimento e Decisões Cotidianas (DC). Em geral, ao fazermos um comparativo entre regiões, a Nordeste foi a que mais demonstrou participação dos sócios (as) em diversos assuntos tratados em assembleia (ED-73,61%; PC- 41,45%; P.T/P.E-34,04%; DC- 38,08%).

Tabela 4- Região X Decisões tratadas em assembleia

	ED	PC	P.T/ P.E	DC
Região	%	%	%	%
1 NO	64,91%	15,50%	16,42%	14,38%
2 NE	73,61%	41,45%	34,04%	38,08%
3 SE	65,73%	16,89%	20,12%	21,97%
4 SU	58,86%	15,77%	18,11%	18,97%
5 CO ³	67,88%	10,32%	11,29%	7,48%
Total	13.381	15.823	9.990	8.982

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Ainda no que se refere à participação, é relevante cruzamos a periodicidade com o número de participantes que compareceram na última assembleia. Em âmbito nacional, os dados revelam positivamente que mais de 2/3 (41,5%) tiveram presentes e com percentuais razoáveis: participação mensal (49,5%), bimestral (15,2%), anual (10,4%), semanal (10,7%) e semestral (8,7%). Vale destacar os percentuais da participação mensal da região Nordeste (63,8%) e Sudeste (43,7%).

Um dos critérios para avaliar à autogestão dos empreendimentos no Brasil, refere-se a realização no último ano, de atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização dos (as) sócios (as). Das 19.708 unidades, foram validados estatisticamente 19.248. Assim, 36,8% dos sócios (as) da região Nordeste, passaram por atividades, no Sudeste- 20,6%, no Sul- 18,2% e no Centro Oeste- 15,9%. Ressaltamos que este baixo percentual pode comprometer a essência desses

³ Referem-se às siglas das cinco regiões brasileiras: NO- Norte; NE-Nordeste; SE-Sudeste, SU-Sul e CO- Centro Oeste.

empreendimentos que precisam constantemente reafirmar seu papel político junto aos sócios (as) como, por exemplo, por meio da realização de capacitações e a reafirmação da educação cooperativista para fortalecimento e crescimento da economia solidária no mercado onde atuam.

Ao promover o cruzamento da questão que trata do recebimento de remuneração ou gratificação pelo exercício do cargo ou função e do tempo no respectivo cargo, percebeu-se que apenas 5% são remunerados e os demais, 95% são voluntários. Desses voluntários, 15,6% ficou menos de um ano na gestão, 1 a 2 anos com 30,3%, de 2 a 4 anos representou 27,8%, de 4 a 6 anos com 8,9% e os demais com 17,3%. Então, 45,9% ficam entre 1 a 2 mandatos.

Ao avaliar o resultado financeiro do empreendimento do último ano, desconsiderando as doações de recursos, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 5 - Resultado financeiro do empreendimento

Região	Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	Não deu para pagar as despesas	Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo)
1 NO	34,60%	36,30%	13,02%	16,09%
2 NE	37,99%	34,27%	11,82%	15,93%
3 SE	30,45%	48,61%	12,30%	8,64%
4 SU	52,19%	30,35%	7,20%	10,27%
5 CO	24,54%	46,81%	12,02%	16,63%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

O presente resultado é preocupante, pois apenas a região Sul demonstrou que 52,19% dos empreendimentos conseguem ter sobras, as demais ficam entre 24,54% e 37,99%. Entre as organizações que conseguem pagar pelo menos as despesas, destacamos o Sudeste com 48,61%. Este fato mostra a fragilidade dos empreendimentos na gestão das atividades. Assim, a autogestão no sentido das características técnicas dos processos e ferramentas para promover o funcionamento da organização, conforme defendido por Cavedon e Ferraz (2006) precisa ser repensada.

Ao entendermos a relevância das redes e fóruns de articulação como forma de fortalecimento desses empreendimentos, os dados mostram que 39,6% participam e a maioria não consegue se unir (60,4%). Ao confrontarmos a questão do resultado financeiro com este, desvelamos que a participação em redes garante que o resultado seja satisfatório, mesmo considerando uma diferença pequena em relação a não participação.

Tabela 6 - Resultado financeiro x Participação em Redes e fóruns de articulação

Resultado financeiro		Participação em Redes	Participação em Redes	Diferença
Respostas		Sim	Não	
1	Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	38,4%	36,4%	2%
2	Pagar as despesas e não ter nenhuma	38,0%	37,3%	0,7%

	sobra			
3	Não deu para pagar as despesas	12,3%	10,7%	1,6%
4	Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo)	11,3%	15,6%	(4,3%)

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Assim, para complementar esta análise, levantou-se os dados da questão que trata da remuneração dos sócios (as) como renda principal ou complemento. Do total de organizações, os dados validados representam 56,2% e de *missing* com o valor de 43,8%. O sudeste é a região que mais remunera com 77,51%, o sul com 74,58%, centro oeste com 70,55%, o norte com 55,6% e o nordeste, o menor de todos, remunera 68,12% dos sócios (as) que trabalham nos empreendimentos.

Sobre a participação do empreendimento em alguma rede de produção, comercialização, consumo e crédito, somente 17,7% (3.489) participam de alguma delas e a maioria 82,3% (16.219) não participam. Fazendo um comparativo da participação em rede com o resultado financeiro percebe-se que 45,08% dos empreendimentos que participam conseguem pagar as despesas e ter uma sobra/excedente da atividade desenvolvida.

Tabela 7-Resultado financeiro x Participação em Redes de produção, comercialização e crédito.

Respostas	Pagar as despesas e ter sobra/excedente	Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	Não deu para pagar as despesas	Não se aplica
Não	35,51%	38,34%	11,20%	14,94%
Sim	45,08%	33,96%	11,95%	9,00%
Total	7.333	7.404	2.234	2.737

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Os dados do mapeamento quanto ao acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses trouxeram como resposta, que em todas as regiões, a busca pelo crédito é ainda muito tímida. Infelizmente as poucas organizações que se propuseram a buscá-lo, a minoria teve acesso. O mesmo acontece em relação aos empreendimentos que tentaram, mas não obtiveram êxito. Os dados confirmam a fala de Tauile (2009) quando este aponta a necessidade de capital de giro é superior à capacidade de financiá-lo, fato que pode limitar as potencialidades das práticas autogestionárias.

Ainda podemos refletir como a política pública para estes empreendimentos está sendo conduzida, haja visto que os poucos que buscaram também tiveram dificuldades.

Tabela 8 - Acesso ao crédito ou financiamento

Região	Não buscou crédito ou financiamento	Buscou e obteve crédito ou financiamento	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve
1 NO	69,59%	13,05%	17,36%

2 NE	72,92%	12,89%	14,19%
3 SE	87,36%	6,57%	6,07%
4 SU	81,26%	12,55%	6,20%
5 CO	78,38%	5,94%	15,69%

Fonte: SIES/Base de dados da Senaes/MTE (2013).

Diante das respostas, percebe-se a falta de iniciativa por parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para melhorar sua situação financeira, isto porque 76,7% não buscaram crédito ou financiamento. Ao promovermos um diálogo com a questão que trata dos principais desafios do empreendimento percebe-se o seguinte resultado por ordem de importância: gerar renda adequada aos sócios (as) (73,6%), viabilizar economicamente o empreendimento (66,5%) e a garantia de proteção social (previdência, assistência à saúde) com 39,3% confirmam a fragilidade econômica desses empreendimentos.

Os desafios para os empreendimentos são muitos e as conquistas também. Dentre as principais podemos enumerar as seguintes: a integração do grupo - 66,1%, a geração de renda ou obtenção de ganhos para os (às) sócios (as) - 59%; a autogestão e o exercício da democracia - 49%; o comprometimento social dos (as) sócios (as) - 37,4% e as conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.) - 37,6%. Ao serem comparados com os que tratam da questão econômica, apesar de apontarem a geração de renda como uma conquista, os valores ainda são insuficientes para tornar o empreendimento viável. Por outro lado, os dados comprovam que gradativamente a consciência política dos sócios (as) gradativamente torna-se uma realidade. Outro questionamento que confirma o empoderamento refere-se ao fato dos empreendimentos se relacionarem e participarem de movimentos sociais, populares ou sindicais, 57,6% participam e 42,4% não participam.

CONCLUSÕES

Nesta conjuntura, uma análise dos dados do Segundo Mapeamento Nacional (2010-2013) demonstrou a realidade vivenciada pelos EES nas regiões brasileiras. Observou-se que a realidade do Nordeste destoa do cenário brasileiro quanto a um maior percentual de empreendimentos associativos, em relação ao número de sócios (as) que tem acesso a programa de transferência de renda (74,7%), a baixa participação em alguma rede de produção, comercialização, consumo e crédito (12%). Este resultado mostra que a região precisa de políticas públicas para transformar associações em cooperativas e assim, garantir condições dignas para os trabalhadores dos empreendimentos, independente dos programas sociais.

Sobre a sustentabilidade do empreendimento, percebe-se que ainda é um fator que precisa evoluir muito, pois somente a região Sul, a maioria das organizações conseguem pagar suas despesas e ter sobras/excedentes (52,19%); informações sobre os desafios apontados pelos sócios (as) como a geração de renda adequada (73,6%), viabilidade econômica (66,5%) e a garantia de proteção social (39,3%) também apontam para esta fragilidade. Percebe-se que a autogestão no sentido das características técnicas dos processos e ferramentas que possam promover o efetivo funcionamento do empreendimento precisa ser incorporada pelo EES. Outro agravante refere-se ao fato de poucos empreendimentos buscarem crédito ou financiamento, este fato também acentua a dificuldade de torná-los sustentáveis.

Além do fato de não buscarem crédito, os dados demonstraram que os empreendimentos que tentaram acessar, também apresentaram dificuldades o que nos remete a refletir até que ponto às políticas públicas atende às necessidades deste público.

Apesar da fragilidade financeira, os dados demonstraram que a autogestão no sentido sociológico (aspectos políticos, ideológicos e sociais) vem gradativamente

ganhando espaço, afinal a autogestão é processual. Isto fora percebido quando desvelamos que 49,5% das assembleias são mensais, mais de 2/3 (41,5%) compareceram na última assembleia, 95% dos sócios (as) são voluntários, 57,6% são participantes de movimentos sociais, populares ou sindicais e apesar de 39,6% participarem de redes e fóruns de articulação, os que participam conseguem ter um melhor resultado financeiro ao serem comparados com os empreendimentos que não participam.

Com a ampliação de políticas públicas que fomentam o crescimento dos empreendimentos econômicos solidários, entende-se que as estratégias organizacionais coadunam com as práticas democráticas atribuídas a estes empreendimentos no sentido da autogestão enquanto empoderamento. No que concerne na busca por ferramentas e processos técnicos que tornem o empreendimento viável economicamente, uma das dimensões da autogestão precisa ser potencializada. Apesar dos dados do segundo mapeamento mostrar a que inserção política dos empreendimentos começa a ser uma realidade, no que concerne a competitividade dessas organizações ainda é uma realidade muito distante, mas ponderamos segundo as palavras de Corragio (2008) ao defender que esta inserção deve quebrar o paradigma economicista das empresas capitalistas como forma superior de organização da produção social.

BIBLIOGRAFIA

- BENINI, et.al (2009): "Cooperativismo e autogestão: reflexões sobre a economia solidária. *Desafio: Revista Economia e Administração*", Campo Grande-MS, vol. 10, n 21, maio-ago, 76-88. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jzcm3J13A5sJ:www.spell.org.br/documentos/download/2560+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 07.04.2015.
- BENINI, E.A; BENINI, E.G (2010): "As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária", *Organização & Sociedade*, Salvador, vl 17, n 55, Outubro-novembro, 605-619. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en Acesso em 15.04.2015.
- CAVEDON, N.R; FERRAZ, D.L.S (2006): "Tricotando as redes de solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre", *Organização & Sociedade*, V.13, n 39, outubro-novembro, 93-111. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v13n39/a06v13n39.pdf>. Acesso 13.04.2015.
- CORRAGIO, J.L (2008): *Economia social, acción pública y política: hay vida después del neoliberalismo*, 2 ed. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación y Sociedad-CICCUS.
- FRANÇA FILHO, G.C. (2002): "Terceiro Setor, Economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais", *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI, vol 12, n 1, junho, 9-19. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2066_pt.html>. Acesso em 25.04.2015.
- _____.(2004):"A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública?", *Cadernos EBAPE.BR*, Vol 2, n 1, artigo 1, Rio de Janeiro, março, 1-18. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_auteur-578_pt.html> Acesso em: 25.04.2015.
- _____.(2013): "A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública?", *Cadernos EBAPE.BR*, Vol 11, n 1, artigo 7, Rio de Janeiro, setembro/novembro, 443-461. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_auteur-578_pt.html> Acesso em: 25.04.2015.
- FERRAZ, D.L.S; DIAS, P (2008): "Discussão autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária", *Organização & Sociedade*, vol. 5, n 46, julho-setembro, 99-117.
- GAIGER, L.I (2003): "A economia solidária diante do modo de produção capitalista", *Revista Caderno CRH*, Salvador, n 39, julho-dez, 181-211. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=171&layout=abstract&OJSSID=070eecbf118e6611fc642ebeac006458>. Acesso 13.04.2015.

- HELLWIG, C.B; CARRION, R.M (2007): “A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária”, *Revista de Gestão USP*, São Paulo, vl.14, n 4, outubro-dezembro, 1-14.
- LAVILLE, J.L (2008). “Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia”, *Rer. Katál*, Florianópolis, v.11, n.1, janeiro-junho, 20-42.
- LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I (2009): *Economia Plural. In: Dicionário internacional da outra economia*, Pedro Hespanha (coord) et al. Coimbra: Almedina, 2009.
- LECHAT N.M. P. et. al (2007): “Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, jan – jun, 175-194.
- LÉVESQUE, B (2009): “Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia”, *Política & Sociedade*, n 14, abril, 107-144.
- MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO (MTE). SIES. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B49A1F9B63B16/sies_guia_2009_01.pdf. Acesso em 01.02.2015.
- ONUMA, F.M. S., MAFRA, F.L.N; MOREIRA, L.B (2012): “Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO”, *Caderno EBAPE.BR*, vol 10, n 01, artigo 4, Rio de Janeiro, 65-81. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000100006> Acesso em 10.04.2015.
- ROSANVALLON, P.(1979): *La autogestión*, Madrid, Editorial Fundamentos.
- RIGO, A.S (2014): *Autogestão*, In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (organizadora). Dicionário para a formação em gestão social. In: Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014.
- SINGER, P (2002): *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SOUZA, D.N (2008): “Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária”, *Rer. Katál*, Florianópolis, v. 11, n. 1, janeiro-julho, p. 53-60.
- TAUILE, J.R (2009): *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981- 2005*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009. (Coleção Economia e Sociedade, v. 8).